

RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E A EFETIVAÇÃO DA LEI 10.639/2003: vivências em uma turma multisseriada no município de Amargosa/BA

SANTOS, Tailane Da Silva¹

RESUMO: Este trabalho relata as experiências pedagógicas oriundas da participação como estudante-residente do Programa Residência Pedagógica- RP. Neste texto, estão as reflexões sobre os desafios e possibilidades para implementação da Lei 10.639/03 na turma multisseriada do 1º ao 3º ano, da escola Municipal Arthur de Almeida Passos, localizada na comunidade rural da Lagoa Queimada, município de Amargosa/BA. Considera-se que a aplicação da referida lei nos espaços escolares, contribuirá para o reconhecimento e valorização das identidades negras dos educandos. Assim, a partir da realização de várias atividades didático-pedagógicas, tais como: jogos, contação de histórias, pesquisas e exposição fotográfica que visavam a valorização e reconhecimento das identidades étnico-raciais dos educandos, as crianças revelaram total desconhecimento sobre o continente africano. Persistia alguns xingamentos e atitudes discriminatórias entre as crianças negras para enfrentar tal situação. Nas reflexões foram utilizados os textos de pesquisadores que discutem as temáticas das relações étnico-raciais, da África e das africanidades brasileiras, com os alunos, para o desenvolvimento de um conjunto de ações didático pedagógicas. Infelizmente, o cumprimento da exigência legal não faz parte do cenário de todas as instituições de ensino, que se isentando do dever, ganham status de cúmplices nos processos de discriminação.

PALAVRAS-CHAVE: Residência Pedagógica; Identidades negras; Lei 10.639/03; Educação antirracista.

1 INTRODUÇÃO

O município de Amargosa está localizado no estado da Bahia, situado a cerca de 241,7 km da capital do estado, Salvador. A cidade abriga o Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que possui cerca de 36.521 habitantes (IBGE, 2023). O município é composto por diversas comunidades rurais, dentre elas a comunidade Lagoa Queimada, onde está localizada a Escola Municipal Artur de Almeida Passos.

Assim, como em muitas escolas do campo, a Escola Municipal Artur de Almeida Passos, funciona em regime de multisseriação. “Esta forma de organização consiste em alunos de diversos anos e idades diferentes tendo aula com um único docente,

¹ Graduando em Licenciatura em pedagogia, Bolsista Residência Pedagógica, UFRB, *Campus CFP*, tailanes263@gmail.com

que tem o papel de planejar e aplicar em sua prática, conteúdos diferentes de ensino num único espaço físico” (Soares e Bezerra, 2021, p.134)

A Escola Municipal Artur de Almeida Passos recebeu estudantes-residentes do programa Residência Pedagógica (RP). Tal programa, que é financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), integra a política nacional de formação de professores da educação básica. Assim, este trabalho reflete sobre a participação de como estudante-residente no programa Residência Pedagógica, do período de maio a dezembro de 2023. Nesse período, lecionei as disciplinas de português e matemática, em uma turma multisseriada do 1º ao 3º ano do ensino fundamental, na escola Municipal Artur de Almeida Passos.

Nesse texto, reflito sobre os desafios e possibilidades para implementação da lei 10.639/03 na turma mencionada acima, analisando como a efetivação desta lei contribui para o reconhecimento e valorização das identidades negras dos educandos.

Para Munanga (2004), fatores como a negação das diferenças culturais e étnicas, assim como a desvalorização de tudo que difere das características dos que compõem as classes dominantes, são estratégias usadas historicamente, para a promoção do etnocídio, ou seja, da destruição da identidade racial.

Desta forma, é justificável que a diversidade étnico-racial presente nos espaços educacionais precisa ganhar visibilidade, para que a escola e as práticas pedagógicas dos profissionais da educação, não se tornem cúmplices do projeto etnocida.

O trabalho relata uma experiência feita em sala de aula com uma turma de classe multisseriada, que visou a valorização e reconhecimento das identidades étnico-raciais dos educandos, uma vez que, tais crianças revelaram total desconhecimento sobre o continente africano. Tal situação foi constatada, quando realizei um trabalho com brincadeiras africanas e as informações que as crianças tinham sobre a África, era sobre a escravidão, que estava relacionada a cor negra. Foi ação didático-pedagógica que visava romper com estigmas, estereótipos e a discriminação racial que existem nos ambientes escolares.

Tal ação procurou contribuir com a formação educacional das crianças por meio do enaltecimento da autoestima e do autoconhecimento (Mwewa e Matos, 2022).

2 METODOLOGIA

Essa proposta foi realizada em turma de classe multisseriada, como atividade do Programa Residência Pedagógica, a partir do papel da estudante-residente na escola. Assim, a partir das vivências na sala de aula, com xingamentos e atitudes discriminatórias entre as crianças negras, foram utilizados os textos, de pesquisadores que discutem as temáticas das relações étnico-raciais, da África e das africanidades brasileiras com os alunos, como embasamento para as reflexões realizadas.

Inicialmente, uma sondagem foi realizada a partir de diálogos para entender quais conteúdos seriam necessários para trabalhar com as crianças. Posteriormente, realizou-se junção de alguns conhecimentos sobre as relações étnico-raciais e atividades para aplicação da Lei 10639/03 com os conteúdos pré-estabelecidos para as aulas na escola. Assim, realizei várias atividades didático-pedagógicas tais como: jogos, contação de histórias, pesquisas e exposição fotográfica.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação forma os indivíduos por meio do compartilhamento de conhecimentos, estratégias de sobrevivência e costumes, além da sua ligação cultural, uma vez que a educação é o compartilhamento de ideologias e costumes experimentados por um mesmo grupo (Freire, 1996). Sendo ela muitas vezes definida simplificada, como aquisição de leitura e escrita de palavras, desconsiderando seu teor crítico social.

De todo modo, Brandão (2002) ao conceituar as Educações, pois para ele não há apenas um modelo posto de Educação, como se costuma pensar a educação formal, visto que toda a vida humana está imersa nas educações em suas experiências vivenciadas, uma vez que:

Ela pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber como armas que reforçam a desigualdade entre homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos. (Brandão, 2002, p.04)

Desta forma, percebe-se a educação, sobretudo, a ofertada pelos sistemas formais de ensino, enquanto instrumento para manutenção de poder nas diversas sociedades, utilizada historicamente de forma discriminatória com alguns grupos étnico-raciais, invalidando determinados saberes, que sempre foram invisibilizados nos espaços escolares. Tais espaços costumam apresentar um currículo pautado nos moldes eurocêntricos que estruturam os modelos de educar e incidem sobre as práticas pedagógicas dos profissionais da educação.

Contudo, de acordo com os artigos 205 e 206 da Constituição Federal, a educação deve garantir o pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Vale ressaltar que todo cidadão brasileiro possui direito à vida; à liberdade; à igualdade; à segurança e à propriedade, sendo estes direitos invioláveis. (BRASIL, 1988)

Segundo Brandão (2002), a educação infelizmente, contradiz o que reza a Constituição brasileira, produzindo desigualdades, considerando que o desmantelamento das escolas, os baixos salários dos professores, a carga horária exaustiva, a má gestão das escolas, a falta de investimentos públicos, entre outros problemas, que prejudicam as escolas públicas, conseqüentemente, os grupos mais vulneráveis da nossa sociedade (pobres, negros, trabalhadores, camponeses).

Na turma multisseriada, ambiente alvo destes estudos, os alunos se autodeclararam brancos, morenos e pardos. Tais crianças, na sua maioria, eram negras de pele retinta. Essa situação demonstra uma *performance* que às vezes alimenta o “projeto etnocida” que vigora na sociedade brasileira (Munanga, 2004). Considerando que, a negação do lugar de pertença das pessoas, levando em conta o fenótipo, constitui um mecanismo de afastamento com seus pares, posto que, as histórias, as referências culturais e sociais são marcadas por sofrimentos, falta de prestígio e desonra.

Nas práticas escolares, esses exemplos podem ser notados na exclusão do ensino de uma história edificante com elementos que constituem a origem do grupo étnico-racial de maior número no Brasil, os negros. Esse cenário repete-se também, na sala da turma multisseriada da Escola Municipal Artur de Almeida Passos, em que a maioria dos alunos são negros e negras.

Nesta perspectiva, a lei 10.639/2003 torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira no currículo das instituições de ensino públicas e privadas, do ensino fundamental e médio.

Entretanto, mesmo após vinte anos da promulgação desta lei, sua implementação ainda não pode ser presenciada em algumas escolas, que têm o 20 de novembro

como única data para contemplar a maioria de seus alunos nas práticas de ensino (Gomes, 2012).

Quando identificada tal lacuna, os planos de aula foram pensados com o intuito de atender o que preconiza a Lei 10639/03, bem como as necessidades educacionais dos alunos, que não sabiam que África é um continente, com 54 países.

Em alguns atritos que ocorreram entre as crianças na sala de aula, palavras como, negro, favelado, macumbeiro e cabelo duro foram utilizados como xingamentos contra os colegas.

Mwewa e Matos (2022, p.1159) dizem que “[...] o corpo infantil que profere discursos racistas nem sempre os produz, mas atualiza o neocolonialismo que os reproduz por outras vias, com mesmo efeito de outrora”

Desta forma, aquilo que as crianças têm acesso precisa ser analisado de forma crítica, pois aderem-se a elas impactando na sua formação.

Tais situações acima mencionadas, tornaram mais urgentes intervenções educacionais que levassem conhecimentos sobre as relações étnico-raciais para os alunos, destacando a história das populações negras.

Para tanto, durante as práticas considerou-se Conceição (2012), que apontou como o maior obstáculo para o ensino da história da África no Brasil o “conhecimento” que os alunos já têm acerca de África, conhecimento esse que é extremamente estereotipado, carregado de preconceitos e de negatividades, sobretudo, porque engloba o continente africano dos povos às culturas.

Tais ideias, adentram o imaginário popular de forma constante, a partir de representações diversas do cotidiano, através da mídia, da diabolização das religiões de matriz africanas, das propagandas de procedimentos estéticos e etc.

Assim, a introdução dos conteúdos se deu de forma a desmistificar esse “conhecimento”, apresentando aspectos reais do continente africano, notabilizando os vários povos, riquezas, economia, produção intelectual, as diversas formas de cultura e as resistências ao colonialismo impetradas no continente africano.

Para tanto, os objetivos foram adaptados aos conteúdos pré-estabelecidos pela escola, assim, as aulas que mais contemplaram esse ensino foram as aulas de português, haja vista que a estudante-residente acompanhava apenas aulas de português e matemática. Segue algumas das atividades realizadas:

Para abordar o gênero textual contos de encantamento, utilizei contos africanos: A princesa Oduduá e a briga pelos sete anéis, do livro “Omo-Oba histórias de princesas” que traz a criação do mundo na perspectiva iorubá e a realeza dos povos negros na antiguidade; o conto o macaco, a lua e o tambor do livro “Nina África: contos de uma África menina para ninar gente de todas as idades”, que conta sobre a origem do tambor, divulgando África como lugar de criações relevantes e apontando a diversidade do território. Entre uma história e outra, os alunos lembraram as características do conto de encantamento e as apontaram nas histórias que foram contadas. Após a contação das histórias o tambor foi passado para os alunos, que estavam sentados em círculo e cantando, quando a música parava o aluno elegia uma qualidade do colega ao lado;

Fonema/ grafema; divisão silábica; formação de palavras, frases e textos; pontuação e leitura: Cada aluno sorteava uma ficha, na qual havia uma pergunta relacionada ao continente africano, as culturas africanas e afro-brasileiras. Após, foi solicitado, de acordo com o nível educacional, 1. Responder à pergunta (o primeiro ano recebeu um alfabeto móvel para auxílio); 2. Criar uma frase com a resposta; 3. Formar um texto (o terceiro ano seguiu os três objetivos da atividade);

Gênero textual verbete: os alunos fizeram pesquisas de palavras em dicionários e o no celular da professora, pois não há sala de informática na escola, foi mostrada a pesquisa via internet e curiosidades sobre o continente africano foram desmistificadas;

Linguagens: A exposição fotográfica intitulada “Se aproxime: revendo os nossos. Entrelaçando ancestralidades, traçando referências”, foi montada com o auxílio dos alunos. Nesta exposição, apresentamos personalidades negras que são referências aos alunos, contando com as histórias de Dandara dos Palmares; Tereza de Benguela; Luís Gama; Djamila Ribeiro; Carla Akotirene; Edson Gomes; Maria Julia Coutinho, Mc Sophia, João Paulo Rufino, Dona Santa (rezadeira, benzedeira e sambista de Amargosa). Assim, além de aprender o que era exposição e aprender, juntos, como organizá-la, os alunos conheceram aspectos da história do Brasil e das pessoas, que muitas vezes, são apagadas da história.

Durante a exposição, dúvidas foram surgindo e discutimos o porquê de haver poucas informações sobre algumas personalidades e a queima de documentos na tentativa de apagar os registros da existência dessas pessoas.

Ao analisarmos a imagem e as informações sobre a jornalista Maria Júlia Coutinho, um aluno afirmou: “Pró, mas ela não é negra! ” Neste momento, o colorismo contemplou o debate para explicar os vários tons de pele e a pesquisadora Nilma Lino Gomes (2008) para mostrar que além da pele, o cabelo e o corpo também são símbolos da identidade negra.

Em seguida, expomos imagem Dona Santa, personalidade local, para valorização da oralidade e da escuta, para manter vivo os saberes ancestrais nas diversas gerações e reconhecer a importância dos nossos.

Por fim, a exposição foi finalizada com imagens dos alunos brincando, criando brinquedos e apresentando trabalhos, junto às personalidades, enquanto resultado de lutas ancestrais pela vida, liberdade e educação, bem como, enquanto produtores de conhecimentos.

Um dos impasses para realização das atividades nos primeiros encontros com a turma foi a dificuldade de escuta. Identificado o impasse, as apresentações das produções realizadas pelos alunos, por meio de explicação de desenhos e textos passaram a fazer parte da rotina das aulas.

Assim, os conteúdos apresentados enriqueceram a sala de aula e as crianças começaram a se conectar com aquele espaço. Bem da verdade, a circulação de conhecimentos que enalteciam os seus lugares foi fundamental.

Para Munanga (2012, p.10), “o primeiro fator constitutivo desta identidade é a história” sem o conhecimento da história de seus antepassados, bem como seus feitos e importância cultural, econômica e científica para a sociedade, os indivíduos não podem acessar o caminho do reconhecimento e valorização de si mesmos, pois esse caminho é interceptado pelo coletivo social, sem exclusão do coletivo escolar, que tem entre suas atribuições as práticas de combate às discriminações de quaisquer tipos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de valorização das identidades perpassam o conhecimento e a veracidade das informações ofertadas aos sujeitos, sendo essa identidade contundente influenciadora nos processos de desenvolvimento do sujeito, inclusive, no desenvolvimento escolar.

Como resultado das lutas do Movimento Negro, é aprovada no âmbito educacional, a lei 10.639/03. A lei deve funcionar como ferramenta nas práticas de combate às discriminações nas escolas, tornando obrigatório o ensino de história africana e cultura afro-brasileira nas instituições de ensino.

Todavia, o cumprimento da exigência legal não faz parte do cenário de todas as instituições de ensino, que se isentando do dever, ganham status de cúmplice nos processos de discriminação.

Isto posto, afirmo que a participação como bolsista no Programa Residência Pedagógica foi de suma importância para minha formação profissional e também pessoal. Conheci por dentro as políticas educacionais que regem o fazer pedagógico nas escolas do município, os déficits que existem em minha formação e algumas necessidades educacionais ainda presentes nos sistemas de ensino. Tais dificuldades, parecem ignoradas, graças aos limites dos currículos excludentes nas instituições, o que leva a verdadeiros malabarismos e adaptações por parte dos educadores para valorização dos alunos, seus saberes e luta contra preconceitos e desigualdades étnico-raciais. Além do mais, enquanto a Europa é abordada e valorizada de forma natural nos conteúdos presentes nos currículos das escolas, persistirá o “processo persistente de produção da indigência cultural” (Fanon, 2008, p.97)

5 AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016].

CONCEIÇÃO, Juvenal de Carvalho. **A ideia de África: obstáculo para o ensino de história africana no Brasil**. Projeto História, 2012. São Paulo. P.343 – 353.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: **corpo e cabelo como símbolo da identidade negra**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem fronteiras**, v.12, n01, p.98-109,2012.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Senso demográfico**. 2023. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br> >

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica.

Mwewa, Christian Muleka et al. Formação para uma personalidade antirracista: porque o racismo não nasce com a criança. **Riaee- Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. Araraquara, v.17, n. esp.2, p.1150-1168, jun. 2022.

SOARES, Manoel Holanda *et al.* Experiências docentes em turmas multisseriadas/multianos: Desafios e estratégias metodológicas utilizadas em escolas rurais de Palmeira dos Índios/AL. **Revista Interseção, Palmeira dos Índios/AL**, v.2, n.1, p.134-160, jul. 2021.